

REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PÚBLICO – RBDP

Órgão do



Coordenação-Geral

Paulo Modesto
Marcos Nóbrega

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Clovis Beznos	Lúcia Valle Figueiredo (<i>in memoriam</i>)
Alexandre Santos de Aragão	Diogenes Gasparini (<i>in memoriam</i>)	Luciano Ferraz
Alice Gonzalez Borges	Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Luís Roberto Barroso
Almiro do Couto e Silva	Edivaldo Boaventura	Marçal Justen Filho
Ana Lúcia Berbert de Castro Fontes	Egon Bockmann Moreira	Marcelo Figueiredo
André Ramos Tavares	Fabrcio Motta	Márcio Cammarosano
Antônio Carlos Cintra do Amaral	Fernando E. Juan Lima (Argentina)	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Caio Tácito (<i>in memoriam</i>)	Fernando Santana	Paulo Bonavides
Cláudia Viana Garcia	Gilmar Mendes	Pedro Paulo de Almeida Dutra
Carlos Ari Sundfeld	Humberto Ávila	Regina Maria Macedo Nery Ferrari
Carlos Augusto Alcântara Machado	Ingo Wolfgang Sarlet	Rorreu Felipe Bacellar Filho
Carlos Ayres Britto	Inocência Mártires Coelho	Sergio Ferraz
Carlos Mário da Silva Velloso	J. J. Calmon de Passos (<i>in memoriam</i>)	Sérgio Monte Alegre
Cármen Lúcia Antunes Rocha	José Afonso da Silva	Valmir Pontes Filho
Celso Antônio Bandeira de Mello	José Barroso Filho	Weida Zancaner
Clemerson Merlin Clève	José Paulo Sepúlveda Pertence	

© 2019 Editora Fórum Ltda.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, de fotocópias ou de gravação, sem permissão por escrito do possuidor dos direitos de cópias (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

FÓRUM
CONSTITUCIONALISMO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012 – Belo Horizonte/MG – Brasil – Tel.: 0800 704 3737
www.editoraforum.com.br / E-mail: editoraforum@editoraforum.com.br

R454 Revista Brasileira de Direito Público: RBDP, – ano 1,
n. 1, (abr./jun. 2003) – Belo Horizonte:
Fórum, 2003.

Trimestral
ISSN 1678-7072

1. Direito público, I. Fórum.

CDD: 341
CDU: 342

Impressa no Brasil / Printed in Brazil / Distribuída em todo o
Território Nacional

Os conceitos e opiniões expressas nos trabalhos assinados são de
responsabilidade exclusiva de seus autores.

Esta revista está catalogada em:

- RVBI (Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional)
- Library of Congress (Biblioteca do Congresso dos EUA)

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Pesquisa jurídica: Ézio Lacerda Júnior – OAB/GO 37.488
Darlan Amorim de Abreu – OAB/GO 47.432

Capa: Igor Jamur
Projeto gráfico: Walter Santos

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e a crise financeira do Estado	
Licurgo Mourão	9
1 Os efeitos do pacto federativo na situação econômica do Estado de Minas Gerais	9
2 Gastos com saúde	15
3 Gastos com educação	20
4 Gastos com previdência	25
5 Segurança pública	29
6 Gastos com pessoal	31
7 Considerações finais	33
Referências	38
LINDB e argumentação jurídica: da efetiva motivação dos atos pelo administrador público para a superação dos conceitos jurídicos abstratos	
Filipe Lobo Gomes, Thyago Bezerra Sampaio	41
1 Introdução	41
2 A recente alteração da LINDB: a busca pela superação dos valores jurídicos abstratos e o consequencialismo das decisões	44
3 A importância da argumentação jurídica e o ato de decidir do administrador público	48
4 Do consequencialismo à teoria da argumentação de Robert Alexy: a aplicabilidade e dificuldades ao administrador público	51
5 Considerações finais	55
Referências	57
Impactos da Lei nº 13.655/2018 nos órgãos de controle e seus reflexos na Administração Pública	
Márcio Macedo Conrado, Fernando B. Meneguim	59
1 Introdução	59
2 Aspectos relevantes da Lei nº 13.655/2018 para o regime decisório dos órgãos de controle	61
3 Estudos de caso: o antes e o depois da Lei nº 13.655/2018	67
3.1 A contratação de serviços técnicos especializados sem concurso público – Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul	67
3.2 O processo de admissão de pessoal e a relação de parentesco com o gestor responsável pelo concurso público – Tribunal de Contas do Estado do Paraná	69
3.3 A alteração de entendimento pelo órgão de controle externo e a fixação de período de transição – Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	72
3.4 A existência de cláusulas restritivas no pregão eletrônico e a preocupação com o resultado prático da decisão – Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	74
4 Conclusão	76
Referências	77

Formas de participação administrativa no direito português	81
Jorge Alves Correia	81
1 A recusa liberal da participação administrativa	81
2 As transformações pós-liberais na 2ª metade do século XX e a difusão da "ideologia da participação administrativa"	82
3 Vantagens do recurso à participação	86
4 As categorias fundamentais da participação administrativa	87
5 Formas de participação administrativa no direito português	88
5.1 Participação orgânica	90
5.1.1 Integração de representantes de interessados na gestão efetiva das estruturas administrativas	91
5.1.2 Incorporação de peritos ou especialistas	94
5.1.3 Administração em condômino	96
5.2 Investidura em competências decisórias próprias (autogoverno por interessados)	97
5.3 Participação administrativa procedimental	101

Apontamentos para uma democracia administrativa	109
Robertonio Pessoa, Lucas Araújo Fortes	109
1 O recente debate em torno da "democracia administrativa"	109
2 Obstáculos institucionais e culturais ao incremento de uma democracia administrativa no Brasil	112
3 Modernização administrativa pelo viés gerencialista e déficit democrático	114
4 Condições e pressupostos para uma democracia administrativa	117
5 Conclusões	121
Referências	123

O papel da advocacia pública no dever de coerência na Administração Pública	125
Rafael Carvalho Rezende Oliveira	125
1 Introdução	125
2 Os desafios da gestão pública no Estado pós-moderno	126
3 O dever de coerência na Administração Pública	130
4 O papel da advocacia pública na efetividade da coerência estatal	136
5 Conclusões	142
Referências	143

Direito, desenvolvimento sustentável e negritude: boas práticas e reflexões jurídicas conexas	145
Veyzon Campos Muniz	145
1 Considerações iniciais: por que refletir sobre a negritude induz a um mundo melhor?	145
2 Direito em perspectiva dúplice: mecanismo de exclusão e instrumento de inclusão sociais	147
3 Eu não sou seu negro": discriminações raciais como iniquidades	149
4 Desenvolvimento sustentável e boas práticas de equidade racial	151
5 Considerações finais	154
Referências	155

Concurso público e o princípio da presunção de inocência: entendimento dos tribunais superiores	159
Mariana Jorge, Ana Luíza Chalusnhak	159
1 Introdução	159
2 Acesso à Administração Pública	160
3 Requisito subjetivo da idoneidade moral e o princípio da moralidade administrativa	163
3.1 Princípio constitucional da presunção de inocência	167
4 Entendimento dos tribunais superiores acerca do conflito entre o princípio da presunção de inocência e a idoneidade moral nos concursos públicos	168
4.1 Efetivo controle das decisões administrativas proferidas na fase de investigação social dos concursos públicos pelo Poder Judiciário	177
5 Considerações finais	178
Referências	180

O problema do método na perícia psiquiátrica do servidor público: qual racionalidade?	185
Cássio Benvenuti de Castro	185
1 Introdução	185
2 Qual ciência?	187
3 O paradoxo pericial na contramarcha da evolução científica	190
3.1 Uma modulação <i>solve et repete</i> (a pretensão de legitimação pela vagueza motivacional)	196
4 A releitura da perícia psiquiátrica na rotina científica brasileira	199
5 O desvio de funcionalidade metodológico (ou o abuso do <i>compliance</i> pericial)	201
Conclusão	206
Referências	207

O acesso ao Judiciário mediado pela Inteligência Artificial: algumas reflexões	209
Marcelo Pasetti	209
1 Introdução	209
2 Enquadramento ético	212
3 Design de inclusão	217
4 Considerações finais	220
5 Referências	221

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

Supremo Tribunal Federal	
Direito Constitucional e Previdenciário – Lei nº 9.796/1999 – Compensação financeira entre regimes previdenciários – Regulamentação da parte final do artigo 201, §9º, da CF/1988 – Equilíbrio financeiro decorrente da contagem recíproca a ser preservado – Norma geral de Direito Previdenciário – Ausência de violação à forma federativa de estado e autonomia dos entes federados – Retroatividade indevida para além da vigência desta – Direito à compensação – Surgimento com o custeio de benefícios. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.605/DF	225

Supremo Tribunal Federal

ADI – Lei Complementar Distrital nº 232/1999 – Aumento de alíquota da contribuição para a previdência social dos servidores públicos ativos e inativos do Distrito Federal – Alegação de ausência de avaliação atuarial – Violação ao princípio do equilíbrio financeiro e atuarial – Improcedência – Caráter confiscatório da majoração – Não caracterização. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.034/DF 239

Instruções para os autores 259

an
de
bli
atu
o E
suc
est
e r
jur
qu
am
éti
o p
de
e e
ma
ins
à r
tic
co
est
Ga
for

DOUTRINA

Artigos